

## **Matéria “CRP-RJ e os direitos humanos”**

Entrevista com **Pedro Paulo Gastalho de Bicalho** (CRP 05/26077), conselheiro presidente da Comissão Regional de Direitos Humanos do CRP-RJ e professor do Instituto de Psicologia da UFRJ.

### **1) Qual eram seus objetivos quando você assumiu a Comissão de Direitos Humanos do CRP-RJ?**

Tentei fazer o que os meus antecessores fizeram – pensar os direitos humanos como prática e não como objeto. Não é a toa que, primeiro, veio a Maria Beatriz Sá Leitão; em seguida, a Cecília Coimbra; depois, veio a Suyanna Barker; e, então, eu. Nós todos tínhamos uma mesma interpretação do que seria direitos humanos e, por isso, houve uma continuidade.

Então, minha primeira grande questão era que trabalhar uma comissão de direitos humanos era trabalhar a prática dos psicólogos. Por isso, a Comissão Regional de Direitos Humanos é montada assim: são psicólogos que vêm de diversas áreas, que têm diferentes práticas, e essas diferentes práticas, junto com as coisas que acontecem ao nosso redor, alimentam a comissão e a fazem trabalhar em função das emergências que vão aparecendo na sociedade.

Neste momento, por exemplo, estamos nos debruçando sobre algumas questões. Uma delas é a consequência das chuvas que atingiram o Rio de Janeiro. Não somos meteorologistas nem geólogos, não nos interessa saber por qual razão choveu tanto ou por qual razão os morros deslizaram. A grande questão é entender quais discursos foram produzidos a partir desse acontecimento e em que sentido esse discurso produz modos de ser sujeito, políticas etc. Neste momento, por exemplo, acabamos de ter o resultado disso, fazendo o Trocando em Miúdos sobre “Psicologia em tempos de calamidade”.

No ano passado, a nossa grande discussão na CRDH foi a temática dos testes psicológicos, entendendo que o foco era o modo de funcionamento do Satepsi, que é o sistema de operação de testes psicológicos. A nosso ver, foi montada uma comissão com grandes psicometristas da área de Psicologia, mas que não trouxeram a discussão dos direitos humanos no momento de tornar válido um teste psicológico. A nossa grande briga com o CFP, hoje, é isso: fazer com que essa discussão de direitos humanos esteja presente no modo como os nossos instrumentos são tornados válidos.

Pegamos como grande analisador para discutir isso um determinado teste, o PCLR, que é um teste que foi validado para uso de psicólogos em 2005. Ele usa determinadas categorias para dizer quem é psicopata ou não – todas elas montadas a partir de um discurso moralizante e não de um discurso que podemos chamar de psicológico -, que vão de encontro a diversas resoluções e concepções políticas com as quais temos avançado ao longo desses anos na Psicologia brasileira. Isso só se faz porque o Sistema Conselhos de Psicologia terceirizou a prática de tornar válidos nossos instrumentos. E terceirizamos para pessoas que são grandes nomes da psicometria e da estatística, mas que não conhecem as resoluções, não conhecem as conquistas políticas da Psicologia - e a nossa grande discussão hoje é fazer essas coisas conversarem. Não é possível que tenhamos hoje resoluções indo para um caminho e testes psicológicos indo por outro se todos fazem parte do mesmo sistema. Não adianta julgarmos, literalmente, um psicólogo que entende a homossexualidade como uma categoria de subjetivação ponto de tornar homossexuais sujeitos que podem ser curados, enquanto temos um teste psicológico válido pelo Conselho que trata essa mesma categoria, homossexualidade, como categoria para dizer que alguém é psicopata. Então, vamos combinar o que está valendo – para o psicólogo, é a resolução; para o Satepsi, a resolução não vale.

Acho que precisamos ampliar esse debate – e ampliar o debate é inserir os direitos humanos nessas áreas que nos parecem caixas pretas do Sistema Conselhos. Acho que abrir essas caixas pretas é a grande discussão. Já colocamos em discussão o modo como o Sistema Conselhos se relaciona com as entidades que formam hoje o Fórum de Entidades de Psicologia (Fenp), debatendo sobre instituições como a Abrap e a Abep, e hoje estamos colocando em discussão o chamado Satepsi. Mas estamos falando de uma mesma coisa: um modo de terceirizar determinadas discussões, retirando-as de um coletivo e tornando-as discussões que estão dentro de uma caixa preta. Queremos abrir essa caixa pretas e discutir também o modo como esses testes são validados e aprovados, não terceirizando essa tarefa para uma instância com a qual nós, Sistema Conselhos, não temos nenhum tipo de articulação.

## **2) Quais têm sido as principais ações da Comissão desde então?**

Nesse exemplo que dei, dos testes psicológicos, temos tido uma parceria muito grande com os GTs de Psicologia e Diversidade Sexual e de Psicologia e Sistema Prisional e temos pautado em APAF essa discussão. Isso não é qualquer coisa, porque pautar em APAF é fazer com que todos possam discutir aquela questão - essa é uma estratégia que temos. E outra é incentivar o Sistema Conselhos a criar grupos de trabalho para que essa discussão saia da instância regional e que possam ganhar corpo no Brasil inteiro. Então, criamos um GT Nacional de Diversidade Sexual, no qual esse teste é uma das discussões. Ano passado, nossos Trocando em Miúdos foram, em sua maioria, focando essa questão dos testes psicológicos.

Este ano, nosso primeiro Trocando em Miúdos foi sobre Psicologia e Gestão de Pessoas, entendendo que essa é uma área com muito pouca visibilidade, onde a discussão dos direitos humanos está muito pouco presente. Muitas vezes, achamos que direitos humanos são só para quem trabalha em prisão, por exemplo. Então, acho que o principal objetivo da CRDH hoje é discutir direitos humanos em lugares onde não se costuma discutir. Essa é a nossa grande tarefa. Por que a CRDH não se debruçou, por exemplo, na Reforma Psiquiátrica ou no Sistema Prisional? Porque essa discussão já vem sendo feita.

Então, resolvemos nos debruçar sobre áreas que não apareciam no Conselho. Ano passado, foram os testes psicológicos (uma discussão que não fazíamos por aqui) e, este ano, nos debruçamos sobre a questão do RH - e foi muito interessante porque hoje temos uma colaboradora que vem dessa área, que traz essas questões para a comissão. Atualmente, estamos discutindo o que chamamos de Psicologia das calamidades, a partir de determinados eixos – não estamos priorizando a discussão via Psicologia das emergências e desastres, o que os psicólogos dessa área estão produzindo, mas outras questões, como criminalização da pobreza e políticas urbanas, que estão dentro dessa discussão também.

## **3) Como você avalia os resultados dessas ações para a categoria?**

Avalio de forma muito positiva, não só para a categoria, como para a própria Plenária. Essa discussão dos testes psicológicos, por exemplo, ganhou uma força muito grande. Fizemos três Trocando em Miúdos no ano passado - um no Rio, um em Vassouras e um durante a Mostra - e foram bem interessantes. A Plenária toda já sabe bem o que estamos discutindo, assim como a própria APAF. Acho que esse é um ganho extremamente positivo.

Outro ganho é o fato de que todos esses eventos que temos produzido vêm sendo recheados por psicólogos que não costumam participar - não são as mesmas caras, e isso é muito interessante para nós. Por exemplo, acabamos de fazer o evento de Psicologia em tempos de calamidades, e o que mais me chamou a atenção foi que três quartos da platéia eram rostos

que nunca vimos em outros eventos do CRP, porque vêm de outros campos com os quais não costumamos nos articular. Acho que esse é um grande ganho, fazer com que nossos parceiros, as pessoas que participam dos eventos, que discutem com a gente, sejam pessoas vindas de outros campos.

Esse é um grande objetivo nosso: trazer a discussão dos direitos humanos para áreas que não costumamos discutir. Isso é um desafio, é complicado.

#### **4) Como os direitos humanos perpassam as demais comissões do Conselho?**

Levantando discussões e nos articulando. Sempre que a CRDH pensa em uma discussão, pensa em quais comissões e GTs pode chamar para estarem junto. Por exemplo, agora, estamos envolvidos com uma articulação nacional: há um tempo atrás, uma das tarefas da Comissão Nacional de Direitos Humanos era a realização de uma inspeção anual, mas a última aconteceu em 2007, no Sistema Degase. Este ano, vamos retomar essas inspeções e vamos fazer isso no Sistema Prisional. Isso vai acontecer no início de junho e a próxima reunião da CRDH vai ser com COTEC e COF. Estamos juntando todo mundo para ver como vamos fazer a inspeção.

Então, esse é um exemplo de trazer as outras comissões para nossas discussões. Lembramos o tempo todo que a CRDH não pode ser um núcleo especialista em direitos humanos. Temos que nos articular o tempo todo com essas coisas que já existem no Conselho. Esse é o nosso norte sempre: nunca falar sozinha.